

LIGA NACIONALISTA DE SÃO PAULO (LNSP)

Organização fundada em dezembro de 1916, tendo como principais bandeiras de luta a defesa nacional, o serviço militar obrigatório, a educação primária e profissional, a educação cívica patriótica, o escotismo e o voto secreto e obrigatório. Foi fechada em 1924, após a Revolução Paulista.

ORIGENS E ATUAÇÃO

No Brasil, impacto da eclosão da Primeira Guerra Mundial, em 1914, e a proximidade da comemoração do Centenário da Independência, em 1922, reacenderam entre os intelectuais a necessidade de pensar o país do ponto de vista brasileiro e provocaram o engajamento em torno de temas como defesa nacional, educação, saúde, voto, representação política e civismo. Foi a partir dessas questões que os intelectuais brasileiros buscaram propor soluções para uma nação que precisava adquirir identidade própria. Ergueram-se bandeiras nacionalistas que propunham um programa de lutas e pregavam a necessidade de se organizar movimentos que atuassem na construção da nação, tendo sido numerosas as associações então fundadas.

Em 9 de outubro de 1915, ao falar aos estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo a partir do emblemático espaço das Arcadas, o poeta Olavo Bilac deu início a uma jornada patriótica que contaminaria toda a nação. Sua proposta de salvação nacional passava pelo serviço militar obrigatório, visto como um instrumento de formação de brasileiros conscientes e dignos, que conduziria ao triunfo da democracia. Os discursos de Bilac defendendo tais idéias seriam reunidos no livro *A defesa nacional*, publicado em 1917. Antes disso, sob a inspiração do discurso de São Paulo, organizou-se no Rio de Janeiro a Liga da Defesa Nacional, fundada no dia 7 de setembro de 1916. Três meses depois, foi criada a Liga Nacionalista de São Paulo.

A organização da entidade paulista começou, na verdade, logo após o discurso proferido por Bilac na Faculdade de Direito. Os acadêmicos Sarti Prado, Clóvis Ribeiro, Júlio de

Mesquita Filho, Antônio Pereira Lima, Joaquim Sales Júnior e Fábio Aranha constituíram uma comissão que passou a reunir-se diariamente, contando com o auxílio de diversos professores da faculdade, a fim de elaborar o esboço do programa da Liga Nacionalista. Segundo o documento, que foi publicado pelo jornal *O Estado de S. Paulo* em 31 de março de 1916, caberia à liga: “a) reerguer o espírito de solidariedade nacional, de orgulho nacional, de interesse pelas coisas e problemas vitais do Brasil; b) pugnar pelo desenvolvimento da cultura e difusão da instrução do país; c) promover a educação cívica e política do povo brasileiro; d) combater a abstenção eleitoral, assim como todos os processos que corrompem, fraudam ou falsificam a vontade popular; e) fazer estudar por comissões técnicas todos os problemas que interessam à sociedade brasileira; f) representar aos poderes públicos reclamando a adoção de medidas de utilidade nacional”.

A fundação oficial da LNSP ocorreu em 16 de dezembro de 1916, no escritório de Frederico Vergueiro Steidel, professor de direito comercial da Faculdade de Direito de São Paulo. Na ocasião, elegeu-se um conselho deliberativo e uma diretoria com mandato até 1917, de que faziam parte professores das faculdades de direito, medicina e engenharia, jornalistas, juristas e estudantes. Entre eles figuravam o próprio Frederico Steidel (presidente), Paula Sousa, Arnaldo Vieira de Carvalho, Abelardo Vergueiro César, Gama Cerqueira, Laerte Assunção, Arquimedes Pereira Guimarães, Clóvis Ribeiro, Plínio Barreto, Ernesto de Sousa Campos, Antônio Sampaio Dória, Tomás Lessa e Francisco Alves dos Santos.

A LNSP era uma organização política de cunho cívico-patriótico, que abrigava em seu interior representantes de camadas médias da população e se opunha ao Partido Republicano Paulista (PRP), embora também fosse dirigida por segmentos dissidentes da elite paulista. Pregava a luta pela defesa nacional, o serviço militar obrigatório, a educação primária e profissional, a educação cívica patriótica, o escotismo e a importância do voto, polarizando o debate da questão nacional em torno da oposição militarismo *versus* antimilitarismo. Para seus membros, a educação tinha ligações estreitas com a política, uma vez que o artigo 70, parágrafo 2º, da Constituição Federal proibia ao analfabeto manifestar

vontade política.

Já em seu discurso inaugural, o presidente da liga, Vergueiro Steidel, propôs que as atividades iniciais privilegiassem dois objetivos: a difusão do ensino e a educação política e cívica da população. Para tanto, sugeriu a fundação de uma escola noturna para operários, que teria como professores os estudantes afiliados à entidade; a realização de conferências tendo em vista o estímulo e a difusão do civismo; e a organização de uma comissão encarregada de promover o alistamento eleitoral. A comissão encarregada da promoção do alistamento eleitoral foi integrada por Waldemar Ferreira, Tomás Lessa e Júlio de Mesquita Filho e publicou um manifesto que tecia considerações acerca da importância do exercício do voto, além de informar que a liga se dispunha a fornecer instruções e facilitar o alistamento eleitoral, uma vez que o voto, na ocasião, não era obrigatório. Já para a instalação das escolas noturnas, a liga obteve a colaboração do governo estadual, que lhe cedeu instalações em estabelecimentos de ensino. O que se pretendia, portanto, era corrigir as distorções do sistema político, combatendo a abstenção eleitoral e todas as fraudes que corrompiam e viciavam o exercício do voto, partindo-se do princípio de que somente a alfabetização permitiria que maior parte da população gozasse de direitos políticos. A defesa do voto obrigatório e secreto foi de fato uma das mais importantes bandeiras da LNSP. O aumento do número de eleitores e o estímulo ao seu comparecimento às eleições eram peças importantes para tentar mudar o quadro vigente e fazer frente aos “currais eleitorais” que consagravam as chapas do PRP e impediam a eleição de candidatos independentes ou opositoristas nas eleições federais, estaduais e municipais.

A partir de 1917, sob a influência da LNSP, e a partir da reforma do ensino público paulista coordenada por Sampaio Dória, exacerbou-se a exaltação de um passado grandioso cunhado por figuras cívicas relevantes. Sampaio Dória elaborou um manual para a liga, intitulado “O que o cidadão deve saber”, no qual estavam registradas as leis do “Decálogo Cívico”, que pregava o seguinte: “1 – Amar a liberdade; 2 – Defender a pátria; 3 – Pagar impostos; 4 – Votar; 5 – Cooperar na política; 6 – Servir no júri; 7 – Respeitar a lei; 8 – Fiscalizar; 9 – Falar bem a sua língua; 10 – Não desdenhar a civilidade.”

Em 1919, ano da segunda campanha presidencial de Rui Barbosa, a LNSP intensificou sua campanha em prol do alistamento eleitoral, afirmando que o movimento de regeneração da política brasileira só poderia partir de São Paulo, através da ampliação do alistamento. A partir de 1920 a LNSP deliberou intensificar a campanha pelo voto secreto e, por esse motivo, apoiou integralmente a ação de um grupo de deputados que havia apresentado, na Câmara dos Deputados, um projeto nesse sentido. Foram enviadas representações às várias autoridades e órgãos governamentais pedindo que se adotassem medidas que garantissem o exercício do voto em todo o país e, além disso, solicitou-se a colaboração dos principais jornais, numa tentativa de sensibilizar a opinião pública e os parlamentares para a necessidade de moralizar as eleições. Apesar de todos os esforços, o voto secreto só seria instituído após a Revolução de 1930.

A LNSP foi fechada após a Revolta de 1924, sob a suspeita de haver colaborado com os revoltosos. Renasceu logo em seguida, sob a denominação Liga do Voto Secreto. Em 1926 seus fundadores voltaram a se reunir em torno do Partido Democrático de São Paulo.

Adrianna Setemy

FONTES: BANDECCI, B. *Liga*; Discursos proferidos na sessão solemne de posse do Conselho deliberalivo da LNSP, no Instituto Histórico (26/7/1917). Acervo da FBN. Localização: V-156, 3, 8, n. 9; LIPPI, L. *Questão*.